

1

ATA 260

2 Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e quinze, às quatorze horas, realizou-se  
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em  
4 sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz de  
5 Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**:  
6 Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza, Josemar Severino (Secretaria  
7 Municipal de Assistência Social; Patrícia Ecave (Secretaria Municipal de Indústria,  
8 Comércio, e Qualificação Profissional). Vanduíra Arcoverde Silva (Secretaria Municipal  
9 de Assuntos Jurídicos). Os conselheiros titulares não governamentais: José Geraldo  
10 Berger (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Marcelo Safraid  
11 (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Adrianis Galdino da  
12 Silva Junior e Lúcia Pereira Wolf (Profissionais da Área de Assistência Social);  
13 Anderson Quintino Martins (Entidades de Proteção Social Básica); Mercedes Etelvina  
14 Pinto Ribeiro (Usuários da Assistência Social). Os Conselheiros não governamentais  
15 suplentes: Lorene Camargo (Profissionais da Área de Assistência Social); Valdirene Vaz  
16 de Avila (Usuários da Assistência Social). Registramos as presenças: Leiliane Silva do  
17 Nascimento, Residente de Psicologia, Especialização Políticas Públicas (SUAS) UEPG,  
18 Maria Lucia de P. F. de Lima – SMAS/ GPSB; Daniely Rocio Xavier Martins – SMAS  
19 /GPSB. A reunião teve a **seguinte pauta**: 1- Apreciação e Aprovação da Pauta; 2-  
20 Apreciação e aprovação da ata 258; 3- Informes gerais; 4- Informes da Comissão de  
21 Organização da X Conferência Municipal de Assistência Municipal; 5- Apreciação do  
22 parecer da Comissão de Monitoramento e Análise de Projetos sobre os seguintes  
23 assuntos: 5.1. solicitação de aumento de valor no convênio da Associação dos  
24 Deficientes Físicos com a Fundação Proamor; 5.2. solicitação de alteração nos planos  
25 de aplicação das seguintes entidades: - Associação Beneficente Lua Nova; -  
26 ABASE/Casa do Piá; - APROAUT/ convênio SUAS/2014; 5.3. solicitação de  
27 normatização, em consonância com o Estatuto do Idoso, dos contratos entre as  
28 acolhidas e a Colméia Espírita Abegail, conforme informações solicitadas pelo  
29 MDS/CEBAS; 5.4. Comunicação do Cavanis sobre o repasse de vale transporte pelo  
30 CRAS para o SCFV. 6- Apreciação do parecer da Comissão de Documentação e  
31 Cadastro sobre a documentação e modelo de relatório para a renovação anual das  
32 inscrições das entidades socioassistenciais no CMAS. 7- Apreciação do parecer das  
33 Comissões de Acompanhamento do SUAS e Acompanhamento do FMAS sobre os  
34 seguintes assuntos: 7.1- parecer sobre os projetos das entidades de média  
35 complexidade para renovação dos convênios com recursos do SUAS/2015; 7.2.  
36 parecer sobre o planejamento das Gerências (básica e especial) para aplicação dos  
37 recursos do SUAS/2015. O vice presidente Tierri iniciou a reunião colocando em  
38 discussão a pauta. Conselheiro Adrianis propôs a inclusão do item 8: discussão sobre a  
39 formulação de lei municipal para os benefícios eventuais. Conselheiro José Geraldo  
40 colocou sua dúvida sobre a inclusão na pauta dos problemas das cestas básicas com  
41 distribuição nos CRAS. Conselheiro Tierri colocou que este assunto estará contemplado  
42 no item sete, sobre a inclusão do item oito todos concordaram, a pauta foi aprovada.  
43 Item 2 apreciação e aprovação da ata 258, colocada em discussão a mesma foi  
44 aprovada. Item 3. Informes Gerais: a secretária Carla colocou sobre o recebimento do  
45 ofício do Conselheiro Clóvis comunicando que, por excesso de carga horária, pediu seu  
46 desligamento do CMAS, a secretária do CMAS entrou em contato com a suplente –



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

47 conselheira Vanduire, a qual se propôs a assumir a titularidade. Recebido o convite para  
48 o lançamento da unidade móvel do CRAS, da Gerência de Proteção Social Básica, dia  
49 dezois de março. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/ APAE  
50 encaminhou o plano de ação do exercício de dois mil e quinze, recebido cartão de  
51 Páscoa do Instituto João XXIII. Recebido ofício do Asilo São Vicente de Paulo  
52 comunicando que a Assistente Social Eliane estará representando o Asilo no CMAS,  
53 como o CMAS não tem representante do Asilo considerou-se como engano, informado  
54 que o Sr. José Ricardo Chibinski é o atual presidente do Asilo São Vicente de Paulo. A  
55 Vila Vicentina oficiou que o Sr. Jair Gonçalves Filho foi reeleito presidente da entidade.  
56 A Casa do Piá oficiou, com a cópia da ata eleição, que seu atual diretor é o Ir. Adir João  
57 Berton, a entidade encaminhou ao CMAS o plano de ação anual e relatório de  
58 atividades para manutenção da inscrição no conselho. Recebida a comunicação da  
59 celebração de convênio entre o MDS/Fundo Nacional e o município tendo como objeto a  
60 estruturação da rede de serviços de proteção social especial para aquisição de material  
61 de consumo. O Instituto Duque de Caxias oficiou a relação dos internos do Lar Odilon  
62 Mendes que foram encaminhados para a Assarte. A APADEVI passou um informe sobre  
63 o programa Oficina de Atletas Guias, o qual foi discutido no CMAS para o convênio de  
64 2014, no projeto apresentado pela entidade para o convênio de 2015 não ficou muito  
65 claro, mas a ideia é formar um contingente de atletas guias com o envolvimento da  
66 população acompanhada pelos CRAS e serviço de convivência e fortalecimento de  
67 vínculos para crianças e adolescentes e a população acompanhada pelos CREAS nos  
68 programas: Sentinela, Guarda Solidária, Pense e Peti, sendo propostas oficinas de  
69 sensibilização e capacitação juntos aos profissionais destes locais, a APADEVI espera  
70 atender e cooperar para que a rede de atendimento continue funcionando numa  
71 perspectiva de inclusão-reversa, ou seja, tanto a população atendida pela APADEVI  
72 como dos programas estarão trabalhando com trocas de experiências além das  
73 técnicas de práticas desportivas voltadas ao paratletismo. Realizada a leitura do ofício  
74 012/15 da Gerência de Proteção Social Básica com o objetivo de informar o CMAS  
75 sobre a descentralização do CadÚnico e do Programa Bolsa Família que passou a  
76 vigorar no dia vinte e três desse mês com a finalidade de qualificar e agilizar os  
77 procedimentos relativos ao cadastro e a regularização de benefícios, o programa passa  
78 a ser implementado nos CRAS com objetivo de aproximar os serviços do CadÚnico dos  
79 locais de residência dos beneficiários; levar os serviços para mais próximo do cidadão e  
80 do seu território, fortalecer as unidades sociais da política social básica como referência  
81 de atendimento e acompanhamento das famílias inscritas; garantir uma política  
82 permanente de atualização cadastral e serviço de expansão de novas inscrições,  
83 através da descentralização integrada dos serviços de atendimento à população. É mais  
84 um serviço a ser ofertado no CRAS, o qual promove o acesso e usufruto de direitos e  
85 contribui para melhoria da qualidade de vida dos usuários da Assistência Social.  
86 Conselheiro Adrianis indagou quais os CRAS e quantos funcionários vão estar à  
87 disposição desse serviço. Conselheiro Josemar respondeu que o serviço estará à  
88 disposição em todos os CRAS e que serão dois funcionários nos CRAS Sabará e Vila  
89 Izabel. Conselheiro Adrianis: “a demanda do CRAS Sabará é enorme”. Conselheiro  
90 Josemar: “neste CRAS está a Vanessa, a qual está qualificada para fazer esse serviço,  
91 é orientadora social.” Conselheiro Adrianis colocou que ela é orientadora não é  
92 administrativa e que esse trabalho não é a função dela e o CRAS Sabará conta hoje

93 com somente uma assistente social. Conselheiro Josemar falou que são duas  
94 assistentes sociais e a terceira está sendo contratada. Conselheiro Adrianis questionou  
95 qual o outro lugar. Conselheiro Josemar respondeu que seria o CRAS Vila Izabel.  
96 Conselheiro Adrianis indagou qual a dificuldade. Conselheiro Josemar respondeu que  
97 seria pela falta de funcionários, pois foram dois para o CEU (Centro de Artes e Esportes  
98 Unificados), mas já está sendo contratados outros também. Conselheiro Adrianis  
99 indagou sobre o funcionamento da internet. Conselheiro Josemar respondeu que estão  
100 instaladas, bem como os computadores, todos os equipamentos do PBF (programa  
101 bolsa família) estão nos CRAS. Conselheiro Adrianis perguntou quantos funcionários  
102 estavam no PBF. Carla respondeu que eram doze e foram em dez para os CRAS e as  
103 três assistentes sociais vão permanecer no Centro de Ação Social para realizar a gestão  
104 do sistema e dar apoio técnico às equipes dos nove CRAS, permaneceram também os  
105 funcionários que realizavam o serviço de arquivamento. A Assistente Social Carla falou  
106 em nome da gerencia básica que esta é uma experiência nova, é o correto, a Política de  
107 Assistência Social coloca que esse atendimento seja feito no CRAS, até então estava  
108 sendo executado no Centro de Ação Social porque os CRAS não tinham essa estrutura,  
109 “estamos todos torcendo para que dê tudo certo, que as equipes se adaptem, que a  
110 população se adapte.” Conselheiro Josemar colocou que nesse início quem vai dar  
111 apoio aos CRAS é a unidade móvel, a qual tem pessoas aptas para fazer o cadúnico  
112 também. Conselheiro Anderson perguntou se a unidade móvel tem estrutura de internet  
113 e computadores. Conselheiro Josemar respondeu que irão utilizar a estrutura do local  
114 do atendimento, que foram ao Sutil fazer o atendimento e captaram o acesso à internet  
115 e luz. Conselheiro Adrianis perguntou qual a ideia do CRAS móvel, pois, a princípio,  
116 está previsto na política de assistência uma unidade móvel de atendimento que  
117 contenha equipe mínima, equipe básica com condição de atendimento, mas, com  
118 espaço maior, viu o espaço da unidade móvel e deve ter aparelho de computador, pois  
119 deverá ter a mesma documentação de um CRAS, haja vista a necessidade de alguns  
120 acessos a zona rural, o usuário da assistência não pode sair da zona rural para vir aqui  
121 fazer o cadúnico, pensando na otimização desses serviços, o conselheiro Adrianis  
122 colocou que teve a satisfação de ver o furgão, pequeno trailer, é um pouco pequeno,  
123 mas foi inaugurado, que seja o princípio de uma boa ação. Conselheiro Anderson falou  
124 que algumas estratégias podem ser adotadas para utilizar a unidade móvel, sabemos  
125 das dificuldades e que dificilmente o 4G vai pegar no sítio, nem na sua casa pega, por  
126 outro lado acha que a Unidade Móvel deveria ter pelo menos um computador, um  
127 notebook, para que, pelo menos, se fizesse os cadastros em formato digital e depois  
128 mandasse, a preocupação é quanto a possibilidade de encalhar, claro, a iniciativa é  
129 louvável. Conselheiro Adrianis lembrou que a Gerência de Proteção Social Básica tem  
130 um Spin que “aguenta a chibatada”, viu ontem um dos carros novos com a porta toda  
131 destruída, esse é dinheiro de patrimônio. Na sequência, a secretária Carla fez a leitura  
132 do ofício 013/15 da Gerência Básica, informando ao CMAS que a partir de 2014 o Centro  
133 de Artes e Esportes Unificados –CEU passou a ser gerido pela SMAS. A unidade dispõe  
134 de uma estrutura física de 3.000m<sup>2</sup> contendo um CRAS, sala multiuso, biblioteca,  
135 telecentro, cineteatro/auditório com capacidade para 60 pessoas, quadra poliesportiva  
136 coberta, pista de skate, equipamentos de ginástica, playground e pista de caminhada. O  
137 complexo foi construído com recursos do governo federal e o território foi selecionado a  
138 partir de dados do programa Atitude que apontavam o alto índice de vulnerabilidade



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

139 social na Vila Coronel Claudio. Em 2014 a SMAS/Gerência de Proteção Social Especial  
140 assumiu a responsabilidade pela administração do programa, nomeando como  
141 coordenadora Geral a pedagoga Simone Abilhoa. Pelo entendimento que os objetivos  
142 do CEU são de caráter preventivo, as atividades do complexo foram assumidas pela  
143 Gerência de Proteção Social Básica, sob a coordenação geral da assistente social  
144 Sandra Acordi Santos, até a presente data foram realizadas as seguintes ações:  
145 aquisição do material permanente e de consumo; realização das oficinas de mobilização  
146 social, através da contratação da empresa Consultoria e Assessoria Emancipar; ações  
147 interventivas na comunidade; contato com a rede e com o Ministério da Cultura e  
148 demais providências necessárias para a inauguração que acontecerá dia 10 de abril às  
149 13:30 h. Conselheiro Adrianis colocou três pontuações sobre essa questão: não houve  
150 deliberação deste conselho acerca do aceite da secretaria de assistência para esses  
151 serviços, não há nenhuma resolução nesse sentido, tampouco essa transação da alta  
152 complexidade para básica, isso vale a pena registrar, não foi feita nenhuma proposta ao  
153 conselho passado, colocou que pode estar equivocado, mas não achou nada, esse é  
154 um serviço inicial da Cultura, inicialmente, foi proposto para Beatriz, enquanto  
155 secretária da pasta e ela assumiu e não foi trazido a este conselho, não há uma  
156 resolução, mas o trabalho já esta adiantado e veio esse ofício hoje dando um pouco de  
157 satisfação, isso é importante lembrando que as políticas públicas devem passar por  
158 essa mesa, segundo aspecto são as condições daquele lugar, já se pensa em fazer  
159 uma reforma antes de inaugurar, o terceiro seria se ocorreu alguma quebra no prazo  
160 das mobilizações, por parte da Emancipar? Carla respondeu que não houve nenhuma  
161 quebra do prazo, quem pediu para alterar o cronograma foi a comunidade. Conselheiro  
162 Adrianis questionou por quê? Carla respondeu que não sabe, pois não acompanhou.  
163 Conselheiro Adrianis pediu para a Emancipar comunicar por escrito. Carla comunicou  
164 que as atas dos encontros de mobilização feitas pela Emancipar já foram solicitadas.  
165 Conselheiro Josemar falou que as alterações de dia e horário de reuniões foram  
166 solicitadas pela comunidade que estava com muito pouca aceitação, a comunidade  
167 pediu alterações das datas, colocou que estava presente. Conselheiro Adrianis colocou  
168 que houve duas semanas sem atividades, questionou se isso está registrado. Carla  
169 colocou que o registro está nas atas e já foi solicitado, a Gerência Básica está  
170 aguardando. Conselheiro Adrianis falou para que o CMAS emita o parecer sobre as  
171 mobilizações, é preciso saber o porquê dessa parada de duas semanas sendo que  
172 essas duas semanas custaram a queda de mais de cinquenta por cento da participação  
173 nas mobilizações. O Conselheiro Adrianis fez a leitura de uma reportagem do Jornal da  
174 Manhã do dia vinte e quatro: *“Na tarde de hoje, o Serviço de Obras Sociais (SOS)*  
175 *finalizou a campanha criada para ajudar a família do pedreiro Cícero Aparecido Aguiar,*  
176 *que vivia uma série de dificuldades desde o início de um tratamento contra um câncer*  
177 *de pele. Como ele não tinha mais condições de trabalhar, a família enfrentava*  
178 *necessidades, vivendo em uma residência precária, mesmo após o corte de água e luz.*  
179 *Com a mobilização de muitas pessoas que se solidarizaram pelo drama da família, o*  
180 *SOS conseguiu quitar as contas de energia elétrica e água que estavam atrasadas e os*  
181 *serviços já foram religados. ‘Agora acabou nossa tortura. Sempre consegui dar conta*  
182 *das despesas da família, mas com a doença, as coisas só pioraram, passamos por*  
183 *muitas dificuldades’, contou o pedreiro. Além do restabelecimento da água e da energia*  
184 *elétrica, o SOS também se informou sobre o andamento da inscrição da família na*

185 *Prolar e está tudo certo com a inscrição deles. A expectativa é que as casas do*  
186 *Habitacional Costa Rica III estejam prontas em junho desse ano, quando a família*  
187 *poderá viver em melhores condições, explicou a presidente de honra do SOS, Simone*  
188 *Kaminski de Oliveira. Uma equipe do SOS esteve na casa do pedreiro entregando as*  
189 *tarifas pagas, além de cestas básicas, roupas para toda a família e também cobertores”.*  
190 Após a leitura o conselheiro falou que a Assistência Social é uma política de seguridade  
191 social não contributiva que se realiza através de ações de iniciativa pública e da  
192 sociedade garantindo atendimento às necessidades básicas, neste sentido o conceito  
193 de proteção social básica que nos ilumina é a garantia de inclusão de todos os cidadãos  
194 que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco sendo  
195 inseridos na rede de proteção social local, a proteção social da assistência social é  
196 hierarquizada em básica e em especial, recordou que a este cidadão foi garantido  
197 somente aquilo que lhe é de direito e a exposição da ação a enfraquece como  
198 pressupõe a LOAS no artigo terceiro: *“respeito a dignidade do cidadão a sua autonomia*  
199 *e ao seu direito a benefícios de serviços de qualidade bem como a convivência familiar*  
200 *e comunitária vedando-se qualquer comprovação vexatória”*. Para quem leu o jornal isso  
201 aqui é exposição vexatória, as contas sobre a mesa, o homem ainda desfigurado, será  
202 que isso é política de assistência social? Conselheiro Tierri realizou um comentário  
203 jornalístico a respeito da matéria, houve falta de apuração, antigamente a primeira dama  
204 era presidente de honra, com a mudança no estatuto da entidade esse cargo não existe  
205 mais, provavelmente pelo senso comum ocorreu a falha jornalística do repórter que fez  
206 a matéria, acompanhou o senso comum e cometeu o erro dessa citação. Conselheiro  
207 Adrianis: *“a Simone Kaminski nem de longe se padece, coloco sobre o que reforça o*  
208 *artigo segundo da LOAS que é a expressão vexatória, se ela não tinha nada para fazer*  
209 *no fim da tarde dela, essa é uma outra questão, agora o que está sendo colocado ali*  
210 *que é um usuário que está sendo exposto por uma coisa que lhe é de direito, não foi*  
211 *feito nenhuma benesse.”* Conselheiro Tierri colocou que o conselheiro Adrianis deu uma  
212 ênfase quando falou a presidente de honra do SOS por isso que fez o comentário.  
213 Conselheiro Adrianis colocou que esse tipo de situação enfraquece a política de direito,  
214 esta situação deve ser atendida pela alta complexidade em saúde, as questões  
215 referentes a moradia na Prolar e não com intermediários, aí fica fácil fazer política de  
216 assistência para não dizer assistencialismo, do mais barato possível, isso pode constar  
217 na ata. Encerrado os informes, o vice-presidente Tierri colocou em apreciação o parecer  
218 da comissão de organização da X Conferência Municipal de Assistência Social: a  
219 comissão definiu que a conferência neste ano será realizada em dois dias, em dois mil e  
220 treze a conferência foi realizada em apenas um dia e a decisão da comissão é tentar  
221 evitar o esvaziamento da mesma, a partir do momento que é um evento longo, extenso  
222 e vários momentos devem ser seguidos: leitura do regimento interno, palestra, abertura,  
223 grupos de trabalho, plenária, decisões na área, é um evento longo e cansativo e todas  
224 as vezes que foi realizada em um dia apenas, por volta das quatro horas da tarde já  
225 havia um esvaziamento e quando terminava, às seis e meia, mais ou menos, era com  
226 quinze pessoas, então, para tentar evitar isso a comissão resolveu que no primeiro dia,  
227 período da tarde, será feito o cadastramento dos delegados e ouvintes, composição da  
228 mesa, falas das autoridades e uma fala a respeito da política de assistência no  
229 município, isso não está previsto no regimento da conferência mas a comissão decidiu  
230 realizar para expor para os delegados a situação da política de assistência no município.

231 No segundo dia, a ideia seria começar com a palestra principal e logo após os trabalhos  
232 em grupo, assim haverá toda a tarde para a plenária com o encerramento não tão tarde,  
233 evitando o esvaziamento. A data será nos dias quatro e cinco de agosto, a Resolução  
234 do Conselho Nacional determina que o prazo final para as conferências municipais é dia  
235 dez de agosto. A comissão discutiu alguns locais para a realização da conferência, bem  
236 como já recebeu dois orçamentos até o momento: Casa Velha no valor de onze mil reais  
237 por dia para locação do espaço e Hotel Barbur, valor de mais ou menos sete mil reais  
238 somente o espaço, tirando as outras necessidades como: coffee break, material de  
239 apoio, palestrante, também foi especulado outros locais como o Clube Verde, com um  
240 valor razoavelmente baixo, mas talvez o clube tenha dificuldades em apresentar as  
241 certidões negativas, com a chegada de mais um orçamento é possível enviar o projeto  
242 para licitação. Conselheiro Anderson colocou que também faz parte da comissão e uma  
243 coisa que lhe chamou a atenção foi uma reportagem no jornal da Band de um evento  
244 sobre a dengue promovido pelo governo federal num hotel no Rio de Janeiro, a  
245 reportagem questionava o alto custo da diária e da refeição, colocando que é um  
246 absurdo gastar dinheiro público com aquilo e a resposta do responsável é que foi  
247 realizada uma licitação e o hotel ganhou, o conselheiro colocou que devemos fazer a  
248 licitação, mas amarrar que não seja num local muito chique para não haver problemas  
249 justamente com isso. Conselheiro José Geraldo indagou qual a previsão de  
250 participantes. Conselheiro Tierri respondeu que mais ou menos trezentas pessoas, na  
251 última reunião foi dividido em quarenta e quatro ouvintes e o restante divide metade  
252 para delegados governamentais e a outra metade para delegados não governamentais  
253 que farão parte das mobilizações dos CRAS e das entidades, mais assistentes sociais e  
254 profissionais da área, no último ano as inscrições foram feitas pelo site da prefeitura, foi  
255 disponibilizado um link. Conselheiro Anderson colocou que a comissão propôs que não  
256 haverá apresentação cultural porque acaba atrapalhando o andamento dos trabalhos e  
257 para as atividades não pode perder tempo com apresentação cultural e shows artísticos.  
258 Secretária Carla informou sobre o orçamento enviado pelo clube Verde, muito atrativo,  
259 mil e duzentos reais os dois dias, mas serão necessárias as certidões negativas.  
260 Conselheiro Tierri colocou que com esse valor é possível solicitar dispensa de licitação.  
261 Foi comentado que a Conferência deve ser realizada na região central e não deve ser  
262 feita em local de luxo para evitar constrangimentos para os usuários, mas tem que ser  
263 um local com a mínima condição de abrigar um evento desse porte, a comissão decidiu  
264 que a conferência não terá almoço, este assunto é sempre uma grande discussão  
265 principalmente para manter os usuários no local, o almoço foi suspenso por questões de  
266 valores, por exemplo, o valor do orçamento do almoço no Hotel Barbur foi de trinta e  
267 sete reais por pessoa, vezes trezentas pessoas dará um valor bastante elevado e mais  
268 o valor da locação ficaria inviável pensando na atual situação financeira da prefeitura.  
269 Conselheiro Tierri colocou que já foi questionado em outras conferências que apenas  
270 determinadas pessoas almoçassem, por exemplo, apenas os usuários teriam direito ao  
271 almoço, fica uma situação muito restritiva. Conselheiro Adrianis colocou que quer saber  
272 qual foi o enfoque da comissão para tomar a decisão de suspender o almoço de, por  
273 exemplo, cinquenta, sessenta usuários que vão ficar o dia todo fora? Carla colocou que  
274 a proposta é o restaurante popular, haverá almoço livre para todos os participantes, bem  
275 como pode ser visto o ônibus para o deslocamento. Conselheiro Tierri lembrou que foi  
276 discutida na comissão a possibilidade de parcerias com os restaurantes da região



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

277 entorno do local do evento. Caso fosse possível local gratuito para realização da  
278 conferência daria para licitar o almoço, isso também está sendo discutido na comissão.  
279 Conselheiro Adrianis indagou se as despesas não estavam no orçamento, já que correm  
280 por conta do município. Secretária Carla falou que no orçamento tem a disponibilidade  
281 de sete mil reais. Conselheiro Tierrri lembrou que orçamento não quer dizer dinheiro e  
282 realmente pela situação da prefeitura atualmente, não se sabe de que forma vai  
283 acontecer, na conferência passada que aconteceu no hotel Slaviero foi disponibilizado  
284 um tíquete para almoço no restaurante popular e apenas trinta e cinco pessoas fizeram  
285 uso desses tíquetes, o restante dos participantes almoçaram por conta própria.  
286 Conselheiro Tierrri colocou que a comissão também especulou nomes ligados  
287 principalmente ao meio acadêmico para realizar a palestra, na conferência passada veio  
288 um representante do MDS para fazer a palestra principal, foi muito fraco, acabou sendo  
289 uma prestação de contas do governo federal com relação aos recursos repassados,  
290 fugindo um pouco do foco de discussão, então, foram especulados alguns nomes  
291 ligados a Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Conselheiro Adrianis ficou de  
292 conversar com a professora da UEL. Sobre as pré-conferências ficou estabelecido que  
293 serão dez, realizadas em cada um dos CRAS do município, devem acontecer entre os  
294 dias primeiro e vinte e seis de junho e o relatório deve ser encaminhado até o dia três de  
295 julho ao CMAS, um mês antes da conferência. A princípio, a comissão decidiu que a  
296 equipe técnica de cada CRAS ficará responsável por essa mobilização, foi assim que  
297 aconteceu em dois mil e treze, mas na próxima reunião de comissão serão chamados  
298 os representantes da Gerência Básica para discutir esse assunto, no dia vinte e cinco  
299 de maio o conselho irá promover um encontro de formação e treinamento para capacitar  
300 as equipes dos CRAS para as mobilizações. Conselheiro Adrianis indagou se o objeto  
301 da conferência é somente o serviço de proteção social básica? Conselheiro Anderson  
302 colocou que não é, mas para fazer as pré -conferências é preciso estabelecer alguns  
303 critérios específicos e a porta de entrada de todos os usuários da assistência social é o  
304 CRAS, o usuário da entidade, o usuário do CRAS e o próprio usuário que vai para a  
305 proteção social especial passa pelo CRAS também, se as pré-conferências forem  
306 realizadas divididas em CRAS e CREAS corremos o risco de ter uma sobreposição de  
307 pré-conferências, porque o mesmo usuário que participa do CREAS participa do CRAS,  
308 sendo uma pré- conferência por CRAS vai agregar todos os serviços que fazem parte  
309 do seu território, incluindo as entidades e o CREAS se estiver dentro do território, isso  
310 não significa que o CRAS vai ser o foco, mas vai ser o órgão responsável para fazer  
311 essa mobilização, tendo a função de trazer os usuários do CREAS também. Conselheiro  
312 Adrianis colocou que acha que não vai acontecer, está sendo real e pode dar os  
313 motivos, o tema da conferência é a avaliação da política e a gestão está sendo avaliada,  
314 os CRAS não conseguem ter o alcance de avaliação da gestão com um todo porque o  
315 usuário sai dali e não volta para as atividades dos CRAS, pensando na mágoa que a  
316 rede sócioassistencial tem desse município, são trinta entidades sendo quinze delas na  
317 alta, na baixa, na média e alta complexidade, tirando os CRAS como equipamentos  
318 públicos, o que é que vamos ter dessas entidades? Conselheiro Anderson colocou que  
319 os CRAS tem obrigação de chamar essas entidades e vão fazer isso. Conselheiro  
320 Adrianis falou que é preciso ouvir mais a média e a alta complexidade dentro de uma  
321 proposta de gestão os problemas dos CRAS são os mesmos problemas enfrentados  
322 pelo CREAS POP. Secretária Carla colocou que é possível incluir nas mobilizações os



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

---

323 CREAS também. Conselheiro Adrianis colocou que não é isso que está propondo, as  
324 pré-conferências deveriam ser distintas, precisamos de uma pré-conferência com os  
325 trabalhadores da área, para ouvir essa gente, precisamos de uma pré-conferência com  
326 as entidades que prestam algum tipo de serviços porque o “calcanhar de Aquiles” está  
327 apertando nas entidades. Conselheiro Tierri perguntou se a proposta do conselheiro é  
328 que sejam pré-conferências temáticas. Conselheiro Adrianis: “com certeza”. Conselheiro  
329 Anderson colocou que essas questões deveriam voltar para a comissão, pois não  
330 adianta discutir agora. Conselheiro Adrianis colocou que acredita que não se deve  
331 deixar as pré-conferências por conta dos CRAS, pois além de assobrar a equipe, não  
332 é função os técnicos de CRAS e CREAS fazer pré-conferências e este assunto deverá  
333 ser discutido na comissão. Secretária Carla colocou que este ponto foi discutido e ficou  
334 decidido que a Gerência de Proteção Social Básica será convidada para a próxima  
335 discussão na comissão. Conselheiro Tierri indagou se todos concordam com estes  
336 pontos. Todos aprovaram, conforme segue: data de quatro e cinco de agosto, sem o  
337 almoço e licitação do local. Resolução/CMAS/Nº05/2015. Item cinco da pauta:  
338 apreciação do parecer de comissão de monitoramento e análise de projetos.  
339 Conselheiro Tierri: solicitação de aumento de valor do convênio da Associação dos  
340 Deficientes Físicos de Ponta Grossa/ADFPG com a Fundação Proamor para a  
341 contratação de um professor de educação física. Conselheiro Adrianis colocou que a  
342 entidade demonstrou necessidade de contratação de um professor de educação física  
343 que custaria três mil reais por mês (valor total de trinta e dois mil, setecentos e sessenta  
344 reais), a comissão apresentou um parecer positivo porque considerou o profissional de  
345 educação física necessário para a complementação das atividades da entidade. O  
346 Instituto Educacional Duque de Caxias/IEDC comunicou ao CMAS, via ofício, a relação  
347 dos usuários do Lar Odilon Mendes e da transposição para a ASSARTE, o conselheiro  
348 Adrianis solicitou que a ASSARTE envie para o CMAS a cópia da ata de transposição  
349 do Lar Institucional Ângelo Sampaio e Guilherme Cavina, a ata foi assinada em conjunto  
350 com o Instituto Duque de Caxias. Presidente Beatriz colocou que estava presente nesta  
351 reunião, conselheiro Adrianis lembrou que também estava presente como representante  
352 do IEDC. Conselheiro Anderson indagou como está a situação do prédio no qual  
353 funcionava o Lar Odilon Mendes. Conselheiro Adrianis respondeu que o prédio está em  
354 uso consignado, por enquanto, a partir de certa data será cobrado aluguel, por enquanto  
355 está cedido. Comunicado os ofícios recebidos do MDS sobre o repasse de recursos  
356 para a estruturação do CREAS, chegaram alguns valores para equipamento e material  
357 de consumo do CREAS. Comunicado o recebimento de ofício do MDS/CEBAS  
358 (Certificação de Entidades Beneficentes) sobre a situação da Colmeia Espírita Abegail  
359 questionando o conhecimento do CMAS acerca do uso dos trinta por cento do BPC dos  
360 usuários regulado no Estatuto do Idoso, a resposta do CMAS foi de desconhecimento  
361 da matéria e solicitou cópia do contrato utilizado pela Colmeia, encontrou no mesmo  
362 uma cláusula que está dissonante da Política e Estatuto do Idoso, referente a fazer uso  
363 dos trinta por cento para compras de fraldas e remédios, isso não pode acontecer, os  
364 trinta por cento, segundo o Estatuto, devem ficar guardados em conta bancária  
365 específica para uso exclusivo do idoso. O CMAS oficiou a Colmeia solicitando a  
366 alteração do contrato nos moldes do Estatuto do Idoso no prazo de trinta dias. Assim  
367 que a Colmeia oficializar a esse conselho essa manifestação a resposta será remetida  
368 ao MDS/CEBAS. Na continuidade, o conselheiro Adrianis colocou: “o CMAS recebeu um



369 ofício do SOS sobre o fechamento em definitivo do contraturno da unidade Três Rios e  
370 que o atendimento aos usuários seria absorvido pelo serviço de convivência e  
371 fortalecimento de vínculos oferecido pelo CRAS Santa Luzia. Primeiramente a Beatriz,  
372 como superintendente da SMAS e presidente do conselho, foi chamada pela Juíza (Dra  
373 Noeli) sobre o fechamento da unidade Três Rios, para quem não sabe está fechado, na  
374 audiência, a Juíza solicitou que o contraturno fosse assumido pela SMAS, na ocasião, a  
375 Beatriz relatou que esperava uma resposta definitiva da diretoria do SOS. Por conta  
376 disso a Comissão chamou a diretoria do SOS para uma conversa, no dia dez, a  
377 superintendente e uma técnica da entidade nos colocou sobre o fechamento definitivo  
378 do contraturno, disseram que foi por causa do roubo, um roubo de papel higiênico e  
379 algumas canetinhas e outras coisas mais e que agora resultou uma tomada de decisão  
380 vertical de fechamento do contraturno, questionadas porque não avisaram o conselho,  
381 pois o CMAS foi avisado depois que alguns já sabiam por terceiros e já estava fechado  
382 o serviço. Essa semana, vamos tomar outras providências enquanto comissão e  
383 diretoria do conselho para depois trazer as informações para deliberação.” Conselheiro  
384 Anderson colocou que a partir do momento que o serviço fechou há uma redução de  
385 metas e considerando que está fechado desde o início do ano a entidade terá que fazer  
386 a devolução de recursos, colocou que acredita que este é um ponto pacífico, a  
387 devoluções de metas é obrigatória. Conselheiro Tierri colocou que acredita que a UGT  
388 fará o recolhimento. Alguém fala: “foi a melhor decisão que o SOS tomou em relação ao  
389 contraturno, desde o início do ano não estava certo por várias questões, infelizmente  
390 não fomos ouvidos aqui, não foi permitido tocar na ilegalidade daquilo lá, do jeito que foi  
391 durante o período que ficou aberto e ainda bem que tomaram essa decisão, teve que  
392 haver um roubo de papel higiênico para fechar porque argumentação e demonstração  
393 na lei que estava tudo errado lá não adiantou”. Conselheiro Adrianis acredita que pode  
394 ter sanado o problema, mas pode ter aberto outro muito mais grave, aumentaram as  
395 expectativas daquela população, foi dinheiro público literalmente jogado, graças a Deus  
396 a criança comeu e bebeu por algum tempo ali, o conselho depois de deliberar como  
397 colocou o advogado Claudimar “digladiar” na plateia, tantos os governamentais como os  
398 não governamentais, temos que fazer um mea-culpa e muito sincera, sessenta crianças  
399 com quem se brincou com as expectativas, isso tem preço, as pessoas tem dignidade,  
400 as coisas tem preço e de repente... em janeiro tomam uma decisão vertical, vão fechar,  
401 quando quiseram o dinheiro vieram a esse conselho, quando quiseram negociar as  
402 barganhas vieram até essa mesa e fecharam, foram até a Juíza, não sabemos o que foi  
403 dito à Juíza mas a rádio peão dá conta de dizer, temos que levar para a Juíza, de fato, o  
404 que aconteceu e graças a Deus esse conselho trabalha em cima de documentos, nós  
405 temos ofício por ofício que foi mandado para o SOS com as orientações. Conselheira  
406 Patrícia colocou que acha que é direito do conselho chamar a equipe, o responsável  
407 para vir apresentar as explicações e os motivos porque fecharam. Conselheiro José  
408 Geraldo colocou que o SOS já esteve no CMAS três vezes. Conselheira Patrícia  
409 colocou que para ela a equipe do SOS falou que não foi só papel higiênico que foi  
410 furtado, não estava presente no dia que trouxeram as informações, mas colocaram que  
411 houve outros problemas, houve um arrombamento e se sente um pouco desconfortável  
412 em ficar discutindo isso na ausência da equipe do SOS, outra questão é que não está  
413 conseguindo achar esse assunto na pauta, que deverá ser discutido futuramente.  
414 Conselheiro Adrianis colocou que o primeiro assunto estava na primeira página da

415 comissão e a segunda parte ocorreu essa semana e não foi colocado na pauta porque a  
416 comissão depende da conversa com a Juíza. Quanto a se sentir desconfortável com a  
417 ausência do SOS, é praxe, porque poucas vezes as entidades estão aqui e tratamos  
418 dos assuntos referentes a elas com a maior tranquilidade porque essa reunião é  
419 gravada e pública e depois a entidade pode ter conhecimento do que foi dito aqui.  
420 Conselheira Patrícia falou para aguardar a questão da Juíza e essas informações e  
421 discutir posteriormente. Conselheiro Anderson indagou para onde foram os sessenta  
422 usuários. Presidente Beatriz falou que a comissão ainda está em discussão e que a  
423 resposta virá para a plenária. Conselheiro Anderson falou que existe a possibilidade da  
424 Casa do Piá, APAM e Ministério Nova História acolherem os sessenta usuários, mas  
425 teria a questão dos vales transporte, os quais deverão ser fornecidos pelo CRAS.  
426 Presidente Beatriz colocou que essa é uma das propostas. Conselheiro Anderson  
427 levantou que antes de se cobrar as explicações do SOS tem que cobrar o  
428 encaminhamento dos usuários, acredita que isso tem que ser prioridade absoluta, o  
429 quanto antes porque já se passaram três meses e os usuários vão desanimando,  
430 descobrem que ficar na rua é mais legal e aí vai se perdendo esse povo, depois,  
431 futuramente, pode-se pensar junto ao CMDCA em promover um projeto para o CEDCA  
432 para construção de um equipamento adequado, não necessariamente no Três Rios mas  
433 naquela região porque não tem nenhum serviço lá hoje, depois com o marco regulatório  
434 pediria uma licitação para que uma entidade assumisse o serviço naquele espaço,  
435 semelhante ao que ocorre hoje na área de saúde com a unidade terapêutica Marcos  
436 Fernandes, a prefeitura construiu o espaço e o Ministério Melhor Viver assumiu.  
437 Conselheiro Tierri afirmou que com relação a localização do contraturno do Três Rios,  
438 em todas as discussões do conselho houve muita boa vontade para aprovação  
439 principalmente porque é uma região muito carente que não tem um equipamento,  
440 infelizmente a notícia do fechamento. Presidente Beatriz solicitou o prosseguimento da  
441 pauta. Conselheiro Adrianis colocou que a Associação Lua Nova pediu readequação do  
442 plano de aplicação do convênio com a Fundação Proamor para 2015, a solicitação foi  
443 enviada para parecer da UGT, havendo parecer positivo e aprovação da plenária a  
444 solicitação será encaminhada à Fundação Proamor para providências. Conselheiro  
445 Adrianis colocou que o vale transporte que foi tema da nossa conversa na comissão,  
446 quanto foi comprado e quando foi feito o pedido e depende da assinatura do prefeito,  
447 quarenta e nove mil de vale transporte para contraturno e serviço de convivência e  
448 fortalecimento de vínculos nos CRAS, quinta feira nós batemos novamente nessa ciara  
449 e aí a Carla qualificou que o pedido já está feito está esperando somente a liberação. O  
450 relatório das atividades de mobilização do CEU deverá ser feita realizado e entregue ao  
451 CMAS. O conselheiro Adrianis indagou se as entidades (ASSARTE, APROAUT,  
452 CEPRAF, ADFPG, APADEVI, APACD e APAE) entregaram os projetos e planos de  
453 aplicação para a renovação do convenio SUAS. Secretária Carla respondeu que já  
454 entregaram e está na pauta. Conselheiro Adrianis perguntou se a solicitação de  
455 ratificação do plano de aplicação da Casa do Piá do convênio com a Fundação Proamor  
456 foi enviada? Secretaria Carla respondeu que foi para parecer da UGT. Conselheiro  
457 Adrianis falou que essas seriam as questões para aprovação da comissão de  
458 monitoramento e avaliação de projetos. Conselheiro Tierri colocou que são vários  
459 assuntos e para todos não se perderem segue para aprovação as principais decisões:  
460 aditivo no valor do convênio da ADFPG, aprovado por unanimidade,



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

461 Resolução/CMAS/Nº06/2015 e alterações nos planos de aplicação, todos os  
462 conselheiros aprovaram. Presidente Beatriz pediu desculpas pelo seu atraso porque foi  
463 convocada para uma audiência no fórum. Item seis 6- Apreciação do parecer da  
464 Comissão de Documentação e Cadastro sobre a documentação e modelo de relatório  
465 para a renovação anual das inscrições das entidades socioassistenciais no CMAS.  
466 Conselheiro Tierri falou que a Comissão esteve reunida dia dezenove, o coordenador da  
467 comissão (conselheiro Marcelo) estava presente, mas como fez o relatório fará a leitura  
468 e o conselheiro Marcelo os comentários. Discutido o processo referente a inscrição da  
469 Casa da Sopa, é um assunto polêmico. Conselheiro Adrianis falou que este processo foi  
470 encaminhado pelo Gabinete do Prefeito pelo Sr. Ricardo Linhares. Conselheiro Tierri  
471 falou que a comissão discutiu que com relação a essas entidades de distribuição de  
472 sopa deverão ser encaminhadas ao Conselho de Segurança Alimentar, o qual está em  
473 funcionamento, mas ainda não tem plenas condições, então a comissão decidiu  
474 aguardar porque no final do ano passado foi entregue em mãos para a responsável pela  
475 Casa da Sopa o ofício com a relação de documentos necessários para inscrição no  
476 Conselho, ficou decidido aguardar. Conselheiro Adrianis questionou que se houver a  
477 inscrição da Casa da Sopa quem financiará o serviço. Conselheiro Tierri falou que seria  
478 o Conselho de Segurança Alimentar, mas não sabe de que jeito, por exemplo, o MDS  
479 tem uma secretaria de segurança alimentar assim como tem uma secretaria de  
480 assistência social. Conselheiro Adrianis colocou que tem que se atentar, foi discussão  
481 nessa mesa ano passado, em que rol da tipificação esse serviço seria colocado, não há  
482 como financiar serviço não tipificado. Conselheiro Tierri falou que só como projetos  
483 especiais. Conselheiro Adrianis: “mas projetos especiais que tenham pelo menos  
484 alguma profundidade, se não, temos que aceitar a inscrição da Irmã Scheilla e começar  
485 a financia-los também, segundo aspecto, acho que tem que ser claro com ela, neste  
486 momento você não se enquadra.” Presidente Beatriz falou que nós já fomos muito  
487 claros e várias vezes. Conselheiro Adrianis questionou e ela todas as vezes insiste?  
488 Presidente Beatriz respondeu que parece que ela não consegue entender o que é  
489 preciso. Conselheiro José Geraldo falou que ela (Casa da Sopa) não quer entender.  
490 Conselheiro Tierri falou que quando foi entregar em mãos o ofício foi convidado para  
491 visitar o local e observando verificou o alvará da vigilância sanitária, o processo de  
492 entrada e saída de alimentos, o local era razoavelmente limpo, mas a entidade é no  
493 terreno da casa dela, as contas estão no nome dela e não da entidade, não tem CNPJ,  
494 é matéria vencida. Secretária Carla colocou que o trâmite do processo da Casa da  
495 Sopa foi o seguinte: primeiramente foi realizada uma solicitação ao Gabinete do Prefeito  
496 de doações, enviado o processo à SMAS para verificar a inscrição da Casa da Sopa no  
497 CMAS, constatado que a Casa da Sopa não é inscrita, foi elaborado ofício para a  
498 responsável explicitando todas as providências necessárias para a inscrição no CMAS;  
499 devolvido o processo ao Gabinete do Secretário informando as providências e o  
500 aguardo da manifestação da entidade; o Gabinete do Secretário reenviou o processo  
501 para aguardar no CMAS. Conselheiro José Geraldo colocou que deverá ser verificado  
502 se o Gabinete do Prefeito foi informado. Conselheiro Marcelo questionou se o prazo  
503 para a resposta já havia encerrado e então encaminhar ao conselho de segurança  
504 alimentar. Conselheiro Tierri colocou que na próxima reunião da comissão este assunto  
505 será retomado; o outro assunto muito mais importante discutido pela comissão foi a  
506 questão dos parâmetros para a manutenção das inscrições no conselho. Em relação a

507 manutenção da inscrição há uma preocupação da comissão com o volume de  
508 documentação recebida e o prazo para conclusão dessa análise que geralmente  
509 acontece no final do ano, dia trinta de abril todas as entidades inscritas devem  
510 encaminhar ao conselho o relatório de atividades do ano passado e o plano de  
511 aplicação do ano corrente para análise e definição da manutenção da inscrição, a  
512 comissão entende que é um volume muito grande de documentos e muitas vezes com  
513 conteúdo que foge da área de assistência social, a ideia da comissão é simplificar ao  
514 máximo o relatório de manutenção da inscrição principalmente para poder visualizar o  
515 trabalho das entidades que não tem convênio com a prefeitura, porque nas entidades  
516 conveniadas existe um monitoramento frequente, mas há várias entidades inscritas no  
517 conselho que não tem convênio e ficam fora do monitoramento do órgão gestor, então,  
518 a comissão deve verificar se estas entidades atendem todas as prerrogativas, mas  
519 muitas vezes este trabalho fica prejudicado porque o volume da documentação é muito  
520 grande. Conselheiro Anderson colocou que acredita que o único documento que pode  
521 ser suprimido é o relatório de manutenção de inscrição, mas o plano de ação e o  
522 relatório de atividades não podem ser suprimidos, o que pode ser feito é solicitar que o  
523 conteúdo dos relatórios e plano de ação seja exclusivamente o que está definido na  
524 NOB. Conselheiro Tierrí colocou que a comissão formulou um novo relatório de  
525 manutenção de inscrição de entidades e após aprovado seria solicitado para ser  
526 entregue até o dia trinta de abril desse ano, os principais documentos que as entidades  
527 deverão encaminhar são: o relatório de atividades de dois mil e quatorze e o plano de  
528 ação de dois mil e quinze, o grande trabalho da comissão será comparar o relatório de  
529 atividades com o plano que foi apresentado ano passado, para isso foi elaborada a  
530 tabela com três colunas com o plano de ação/ 2014, o relatório de atividade com base  
531 no plano de ação/2014 e o plano de ação/2015. Os itens que constam na tabela são:  
532 finalidade estatutária, objetivos, origem dos recursos, infraestrutura, identificação do  
533 serviço, público alvo, capacidade de atendimento, recursos financeiros, recurso  
534 humanos previstos, abrangência e forma de participação dos usuários. Foram incluídos  
535 mais dois itens: principais atividades planejadas e principalmente resultados  
536 alcançados, as entidades que não tem aquisições de maneira satisfatória não  
537 mereceriam ter a sua inscrição renovada, essas são as principais mudanças propostas  
538 pela comissão. As explicações necessárias estão na parte de cima da tabela, a  
539 comissão analisará apenas um documento, de forma sucinta e mais objetiva possível  
540 para que fique de fácil visualização. As entidades de média complexidade que envolve  
541 educação, saúde e assistência, apresentam muito conteúdo com base nessas outras  
542 duas políticas que para o CMAS não seria interessante, essa é a proposta da comissão.  
543 Conselheiro Anderson sugeriu que ao final da tabela seja colocado um item: está de  
544 acordo totalmente com a política de assistência social, parcialmente ou não está de  
545 acordo, a ideia é que o conselho faça a recomendação e devolva à entidade, acha que  
546 as entidades merecem isso, a outra sugestão: para as entidades que já entregaram  
547 relatório de manutenção de inscrição não deveria ser pedido novamente porque as  
548 entidades têm até trinta de abril para a entrega do relatório e a entidade que se adiantou  
549 e já fez esse processo revela que tem compromisso com o conselho de assistência  
550 social, compromisso em prestar contas em ser ágil nesse sentido. Conselheiro Marcelo  
551 colocou que em relação a primeira sugestão, o feedback será dado não precisa constar  
552 nesse relatório porque o relatório é da entidade para o conselho a o conselho vai



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

553 elaborar documento para a entidade; quanto a questão de quem já mandou o relatório  
554 não necessitar refazer, não acha válido, pois é só colocar o material nos espaços  
555 indicados, o máximo de trabalho que a entidade vai ter é copiar e colar dentro dos  
556 quadrinhos. Conselheiro Anderson colocou que na Casa do Piá são elaborados muitos  
557 relatórios, para a educação, Ministério da Justiça, para a Matriz e é trabalhado para que,  
558 no máximo, até trinta e um de janeiro estar tudo pronto e encaminhado para os  
559 respectivos órgãos. Conselheiro Marcelo colocou que a nova proposta da comissão trás  
560 um formulário didático também, promovendo a comparação entre plano de 2014,  
561 relatório de 2014 e plano de 2015. Conselheiro Tierri falou que no próximo ano o CMAS  
562 encaminhará para cada uma das entidades o plano de dois mil e quinze, facilitando a  
563 análise e o comparativo. Conselheiro Anderson colocou que não concorda e vota que  
564 esta proposta comece a valer a partir de agora e que as entidades que já mandaram  
565 não precisem refazer. Conselheiro Adrianis falou que a resolução do MDS que discute  
566 a defesa e garantia de direitos não coloca como serviço, mas como uma ação que  
567 permeia todas as ações da assistência, não há mais entidades de defesa e garantia de  
568 direitos segundo a resolução 14/2014, ela dissolve essa ideia dizendo que todas as  
569 ações agora estão permeadas por essa instância. Conselheiro Marcelo falou que a  
570 Resolução 14/2014 não exclui a entidade de defesa e garantia de direitos no artigo  
571 segundo coloca: as entidades e organizações de assistência podem ser isolada ou  
572 cumulativamente, 1- atendimento, 2- assessoramento, 3- defesa e de garantia de  
573 direitos. Conselheiro Adrianis questionou de que ano? Conselheiro Marcelo responde de  
574 maio de 2014. Conselheiro Adrianis falou que terá que reler, se desgastou no ano  
575 passado por conta da inscrição da AAPAC. Conselheiro Tierri falou que o modelo do  
576 formulário será colocado como anexo na resolução 03/2010 ou uma nova resolução, o  
577 material será encaminhado para as entidades para preenchimento até 30 de abril.  
578 Conselheiro Marcelo falou que o Conselho vai emitir um documento confirmando ou não  
579 a prestação de contas das entidades e se os dois relatórios estão ok. Secretária Carla  
580 colocou que será emitido um novo atestado de inscrição para as entidades. Conselheiro  
581 Anderson colocou que deve ter uma resolução do CMAS aprovando a adequação das  
582 entidades. Conselheiro Tierri lembrou que a grande mudança trazida pela resolução  
583 quatorze é que o CMAS tem que criar uma instância própria de recurso, atualmente é  
584 encaminhado ao Conselho Estadual como uma estância superior a partir dessa  
585 resolução o próprio conselho tem que criar uma estância de recursos para inscrições.  
586 Conselheiro Marcelo falou que ficou definido que hierarquicamente o Conselho Estadual  
587 não é superior nem o Nacional. Conselheiro Tierri colocou que com relação ao novo  
588 formulário ele aprova o documento e acredita que as entidades que já fizeram devem  
589 refazer com base no novo formulário. Conselheiro Anderson colocou que aprova o  
590 documento, mas volta a salientar que as entidades que já mandaram não precisam  
591 refazer. São três: Casa do Piá, APAM, AAPAC, que já encaminharam. Conselheiro José  
592 Geraldo aprovou que todos deverão refazer, todos aprovaram que deverá ser feito.  
593 Resolução/CMAS/Nº07/2015. Presidente Beatriz retomando a questão do processo da  
594 Casa da Sopa colocou que em novembro o Sr. Ricardo Linhares (Gabinete do Prefeito)  
595 encaminhou para a SMAS solicitando o parecer e informações quanto a inscrição da  
596 Casa da Sopa no CMAS, foi informado que a Casa não está inscrita e colocado em  
597 anexo cópia do ofício descrevendo todos os passos necessários para a inscrição no  
598 CMAS, o qual foi entregue em mãos à senhora Aparecida, o processo retornou ao



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

599 Gabinete do Prefeito com as informações; em dezembro, o mesmo processo retornou à  
600 SMAS e na sequência ao CMAS, para aguardar a posição da senhora Aparecida, todos  
601 os procedimentos foram legais. Conselheiro José Geraldo colocou que então o prefeito  
602 sabe e o gabinete do secretário também. Presidente Beatriz respondeu que sim, item  
603 sete: apreciação do parecer das Comissões de Acompanhamento do SUAS e  
604 Acompanhamento do FMAS sobre os seguintes assuntos: parecer sobre os projetos das  
605 entidades de média complexidade para renovação dos convênios com recursos do  
606 SUAS de dois mil e quinze. Conselheira Lucia colocou: “estiveram presentes na reunião  
607 da comissão a Carla, Tierri, e a Leiliane, gostaria de esclarecer que nossa comissão não  
608 tem coordenador é uma comissão que trabalha horizontalmente e eu não me sinto no  
609 papel de coordenadora, não tenho competência para isso, uma vez que tem uma série  
610 de detalhes da própria lei que desconheço e peço ajuda das pessoas que conhecem,  
611 mas estamos bem assessorados pela Carla e pelo Tierri, nós começamos analisando os  
612 projetos das entidades de média complexidade sendo que duas não enviaram e agora a  
613 Carla me passou que uma delas enviou hoje pela manhã (ASSARTE). O que foi  
614 observado é que as orientações necessárias não são muito graves, a APAE, por  
615 exemplo, faltou especificar no plano de aplicação qual o material de consumo a ser  
616 adquirido e os serviços de terceiros quais são, tem pessoa jurídica e pessoa física,  
617 faltou identificar melhor, algumas entidades na ânsia de colocar coisas demais e que  
618 não poderiam estar ali, eu acredito que uma pequena correção resolveria, as entidades  
619 acho que não entendem mesmo o que precisa para cada verba, então, cabe a gente  
620 mandar essas correções. A APROAUT descreveu bem detalhadamente, colocou  
621 serviços bancários que não pode, precisa especificar o destino do vale transporte e  
622 especificar o que são os outros materiais de consumo e serviços técnicos profissionais  
623 que ela não especifica. O projeto da GENY RIBAS está bem claro, bem objetivo, eles  
624 especificam até qual o material, qual projeto desenvolverão.” Conselheiro Tierri colocou  
625 que no caso da Geny Ribas, laboratório de informática para os deficientes auditivos, o  
626 plano de aplicação prevê a contratação de serviços de terceiros - pessoas jurídica e  
627 pessoa física, neste caso seriam os instrutores e também material de consumo para  
628 utilização nessa oficina. Conselheiro Anderson colocou que em relação aos “outros  
629 materiais de consumo” tem uma orientação do Tribunal de Contas sobre isso, é muito  
630 claro que não dá para escrever nada com “outros”. Conselheiro Tierri lembrou que o  
631 Tribunal de Contas coloca essa opção somente se não houver nenhuma outra. A  
632 conselheira Lucia lembrou que a APADEVI foi bem clara e os projetos que não foram  
633 entregues até o horário da reunião da comissão, não foram analisados, mas foram lidos  
634 pela Carla e também é bom lembrar que o prazo já foi. Conselheiro Marcelo falou:  
635 “volta para a comissão.” Conselheiro Tierri falou que foi discutido na comissão que as  
636 entidades que entregaram têm um mês de vantagem para elaboração desse convênio e  
637 quem não entregou provavelmente vai receber depois, é uma questão de vantagem.  
638 Conselheira Lucia: “o encaminhamento foi enviado por e-mail para as entidades  
639 colocando o que ocorreu e o que falta”. Conselheiro Adrianis indagou quem tem que  
640 fazer esse contato com as entidades, é da competência de quem? Conselheira Lúcia  
641 respondeu que é do conselho. Conselheiro Adrianis: “não, não é o conselho que  
642 convenia com eles, quem é a competência só para gente saber, está locado onde este  
643 dinheiro e que competência?” Carla respondeu que está locado no fundo. Conselheiro  
644 Adrianis: “quem tem que fazer os contatos e quem tem que organizar isso?” Carla

645 respondeu que seria a Gerência Técnica. Conselheiro Adrianis: “então estas questões  
646 que tem que começar e sugiro que tem que notificar por ofício a gerencia técnica, ao  
647 diretor, dizendo que tem que dar andamento a essas situações.” Carla colocou que  
648 somente lembrando o CMAS tem que aprovar esses projetos. Conselheiro Tierri colocou  
649 que no ano passado também aconteceu uma situação em relação aos relatórios de  
650 manutenção de inscrição, eles devem ser entregues até dia trinta de abril, é uma  
651 resolução nacional que determina essa data, se existe uma legislação nacional o  
652 conselho não deveria informar, isso é uma obrigação das entidades, ano passado até  
653 pelas questões de transição de gestão do conselho poucas entidades entregaram até  
654 trinta de abril e na resolução quem não entrega quer dizer que não quer mais a  
655 inscrição, se o conselho fosse levar até o pé da letra essa determinação muitas  
656 entidades perderiam a inscrição, mas claro o conselho estendeu um pouco esse prazo.  
657 Conselheiro José Geraldo: “mas não é isso o problema eu estou entendendo ele está  
658 perguntando se isso é da competência do Conselho porque alguém tem que fazer”.  
659 Conselheiro Adrianis colocou que fazer contato com as entidades tem que ser feito pela  
660 gerência técnica e se não acontecer a tempo nós saberemos de fato quem chamar as  
661 falas. Conselheiro José Geraldo e isso é tirar a responsabilidade de quem não precisa  
662 ter. Conselheira Lucia: “ficam os dois projetos para discussão posterior e quanto a esse  
663 detalhe eu acho que vale a pena ressaltar com a relação a competência da comissão,  
664 não dá, tem que ter realmente quem se responsabilize. O segundo assunto, plano de  
665 aplicação dos recursos do SUAS, referente à Gerência Básica a comissão discutiu para  
666 entender o que é cada item, o material de informática, pagamento, pagamentos oficinas  
667 para mim está claro, está de acordo, contratação de empresa para manutenção de  
668 materiais, ficou tranquilo, pagamentos dos servidores vinculados ao CRAS,  
669 recolhimento do INSS e a aquisição cestas básica. Quanto a esse último item foi  
670 solicitado para a Carla o projeto e os critérios porque eu queria entender e também  
671 quantas cestas são entregues.” Conselheiro Adrianis indagou quem são os servidores  
672 vinculados do CRAS pagos com recurso federal. Carla respondeu que são os servidores  
673 dos CRAS, até sessenta por cento do recurso é repassado para prefeitura para pagar os  
674 servidores. Conselheiro Adrianis celetistas ou estatutários? Carla respondeu que todos  
675 são celetistas, a prefeitura não tem regime estatutário, quanto ao pagamento, 60% do  
676 piso básico fixo pode ser utilizado para pagar funcionários mesmo que sejam  
677 funcionários de carreira. Conselheira Lucia falou que a comissão discutiu a questão da  
678 cesta básica, do assistencialismo, de como é a situação das pessoas que precisam  
679 mesmo, porque dentro de um outro trabalho, que não tem nada haver com o Conselho  
680 Municipal de Assistência uma das muitas queixas que se teve, isso não é denúncia é  
681 apenas um comentário a ser investigado, até porque é histórico que cestas básicas são  
682 usadas para várias finalidades que não é para quem está passando fome, a questão foi  
683 levantada porque ouviu queixas de que não tem cestas básicas nos CRAS, mas não é o  
684 pessoal daqui que não está mandando, mas ouviu queixas, a comissão vai verificar isso,  
685 se é pouca cesta básica, porque entre não ter cesta básica para distribuir e ter pouca,  
686 tem diferença e está tudo aqui nos relatórios apresentados, a questão é que além de  
687 discutir esta questão é verificar se está acontecendo alguma coisa realmente, conversar  
688 novamente para ver se é só pouca cesta básica ou se os CRAS não estão recebendo as  
689 cestas. Conselheiro Adrianis colocou que isso é fácil de diluir, as cestas são compradas  
690 por licitação, confronta-se a licitação, os pedidos dos CRAS e as cestas entregues, deve

691 constar uma saída de cada cesta no relatório mensal. O conselheiro falou que também  
692 teve essa notícia que não tinha cesta básica, quanto às cestas acha um retrocesso,  
693 sugere que não aprove esse plano com as cestas, mas subvencionando um novo  
694 modelo que é o cupom. Conselheiro Anderson falou que tem duas realidades que tem  
695 que ter, o cupom pode não cumprir a mesma finalidade que a cesta básica está  
696 cumprindo, lembrou de uma atitude louvável do município de Carambeí que em plena  
697 época de campanha política suspendeu todas as cestas básicas, foi um ato de ousadia  
698 muito elogiado por acadêmicos e o próprio estado, foi uma atitude assim: não preciso  
699 disso para ganhar a eleição, usava-se muito esse modelo lá como estratégia  
700 politqueira, a questão da cesta básica deveria ser uma política de critérios, por  
701 exemplo, famílias que são beneficiadas com o bolsa família não precisam de cesta  
702 básica, porque já é um programa específico de transferência de renda, para suprir, entre  
703 tantas necessidades a questão alimentar também, deve-se criar essa questão dos  
704 cupons vinculado ao mercado da família porque com CPI ou sem CPI é o órgão público  
705 que trabalha hoje com a questão de alimentação e que esse cupom funcione como  
706 benefício eventual para pessoas não beneficiadas por nenhum outro programa de  
707 transferência de renda, tem que estabelecer critérios bem amarrados para que se  
708 resolva essa questão. Conselheiro Adrianis colocou que este é o princípio de uma  
709 política equitativa e a assistência social deve ser equânime, é dar o que o cidadão  
710 precisa e não o que ele quer, se ele já recebe o bolsa família só pode acessar a cesta  
711 básica se ele teve uma intercorrência que o fragilizou mais ainda naquele momento.  
712 Presidente Beatriz indagou: “daí quando se suspende como que vai suprir essa  
713 necessidade?” Conselheiro Adrianis: “suspendemos as cestas e deixamos os cupons  
714 para garantir aquilo que estamos tentando preconizar o que é direito, que é dignidade, a  
715 cesta básica não empodera a pessoa, a pessoa come o que você der para a pessoa  
716 comer, com o cupom ela vai ao mercado e se quiser comprar todo o cupom em presunto  
717 e mozzarella ela pode, é dado o cupom no valor setenta reais a pessoa vai lá e compra o  
718 que precisa, o cupom, de fato, faz com que a pessoa se empodere, possa fazer as suas  
719 próprias escolhas.” Retomando, a Conselheira Lúcia colocou que a comissão discutiu a  
720 questão das cestas e se os conselheiros quiserem ver está aqui o projeto e os relatórios  
721 das cestas básicas, o parecer da comissão foi favorável e a comissão começou a  
722 analisar o da proteção social especial. Na reunião da comissão a Carla explicou que  
723 coffee break é lanche para os usuários e até sugeriu explicitar melhor mudando de  
724 coffee break para lanche. O piso de alta complexidade é preciso definir qual a entidade  
725 que vai receber o recurso: Casa da Acolhida? E qual a segunda entidade? Carla  
726 colocou que a outra entidade ainda não foi definida. Conselheiro Adrianis indagou  
727 porque está a Casa da Acolhida. Conselheiro Tierri colocou que o primeiro aceite foi  
728 feito para casa de passagem, até dois mil e treze a Casa da Acolhida estava recebendo  
729 normalmente aí foi bloqueado. Conselheira Lucia falou que o piso de transição de  
730 média complexidade foi discutido anteriormente nesta reunião e os testes psicológicos  
731 devem ser retirados porque não é função do CREAS. Conselheiro Anderson perguntou  
732 se a comissão já deliberou para tirar os testes. Conselheira Lucia respondeu que sim.  
733 Conselheiro Adrianis indagou se o CREAS (piso fixo de média complexidade) não está  
734 comprando comida? Porque chegou ano passado para o conselho que a gerencia  
735 especial tinha um contrato de compra de comida. Conselheiro Tierri perguntou se o  
736 conselheiro Adrianis está se referindo aos abrigos? Conselheiro Adrianis respondeu que



737 sim. Conselheiro Tierri colocou que o abrigo é o piso de alta complexidade I, valor de  
738 catorze mil, é com esse recurso que é comprado a alimentação. Conselheiro Adrianis  
739 questionou onde será utilizado o material de expediente e suplemento para informática.  
740 Conselheiro Tierri: “se é piso de fixo de media complexidade é CREAS.” Conselheira  
741 Lucia é lanche também, pois é servida uma refeição. Conselheiro Adrianis: “para o  
742 CREAS Central não pode ser para lanche, não pode servir lanche no CREAS Central.  
743 Beatriz perguntou por que não pode servir lanche? Conselheiro Adrianis respondeu que  
744 o CREAS Central é só passagem, é somente de escuta. Presidente Beatriz indagou por  
745 que o PENSE e o Sentinela não podem servir lanche? Conselheiro Tierri colocou que o  
746 recurso do Piso Fixo de Média Complexidade é para todos os CREAS. Secretária Carla  
747 colocou que a discussão na comissão foi o teste psicológico, que é para retirar e a outra  
748 questão que foi discutida foi o coffee break que significa lanche para os usuários, será  
749 realizado pela Gerência Especial um contrato para entrega de lanches prontos.  
750 Conselheiro Anderson perguntou porque quase todos os pisos contemplam  
751 alimentação. Secretária Carla respondeu que geralmente é colocado em todos os pisos  
752 porque cada piso é um serviço diferente. Conselheiro Anderson comentou que no item  
753 dois - piso fixo de média complexidade com repasse mensal de setenta e sete mil e  
754 seiscentos reais, por que tem mil quatrocentos e setenta e quatro reais para serviço  
755 terceirizado (pessoa jurídica) para pagamento de lanche e no próximo piso tem material  
756 de consumo que é alimentação. Conselheiro Tierri informou que no primeiro caso é um  
757 contrato terceirizado e no segundo é alimentação para o profissional da cozinha  
758 trabalhar. Conselheiro Adrianis colocou que se a alimentação foi contratada não tem  
759 sentido uma pessoa fazer comida no local. Conselheiro Tierri continuou as explicações  
760 sobre a diferença entre contrato e aquisição de alimentos. Conselheira Lúcia comentou  
761 que faz tempo que foi nos CRAS e nos CREAS e cada um é diferente do outro e não se  
762 sabe bem o que acontece. Conselheiro Adrianis sugeriu que o plano volte para ser  
763 refeito pela Gerência Especial, pois não está claro. Conselheiro Tierri comentou que se  
764 o conselho não aprovar os valores a Gerência ficará impedida de aplicar os recursos  
765 federais e para não prejudicar o andamento dos serviços pode-se solicitar, assim como  
766 a gerência básica, uma divisão melhor de valores. Conselheiro Adrianis: “não Tierri ela  
767 não deixa claro para o que é e o que é para ser feito, já não é a primeira vez, todas as  
768 vezes nós debatemos sobre essa situação não há clareza, se bate o olho e não se  
769 consegue ver o que é, há contraditórios e há coisas que não estão claras, tem que  
770 voltar, tem que refazer para ser reavaliado, a Gerência tem uma equipe pensando só  
771 isso, eu voto pra que volte à Gerência Especial para demonstrar isso melhor.” A  
772 presidente Beatriz perguntou: “ E o que não está claro Adrianis?” Conselheiro Adrianis  
773 respondeu: “por exemplo se será contratado alimentação por que será adquirido  
774 comida para cozinhar no local? não tem sentido, desculpe, outra coisa: tem questão que  
775 precisa ser repensada, noventa e seis mil de materiais de divulgação e lanche,  
776 novamente, lá em baixo, noventa e seis mil para o PETI e o que é esse material de  
777 divulgação é folder, campanha, está onde aqui?” Conselheira Lucia colocou que tem  
778 que mudar, simplificar na verdade. Conselheiro Adrianis perguntou e o repasse às  
779 instituições, quais são as instituições que vão receber duzentos e dezessete mil, cento e  
780 cinquenta reais? Conselheira Lucia explicou que está se repetindo a análise já feita com  
781 as entidades, mesma situação, tem entidade que é objetiva, clara e específica e tem  
782 entidade que não, aqui está a mesma coisa, só que se trata de Gerência, pode-se

783 sugerir que volte e que simplifique assim como os planos das entidades, como são  
784 analisados os projetos das entidades são analisados os das gerências, e o que percebe  
785 é que precisa ser mais específico, não se deve falar uma coisa que não é na prática.  
786 Conselheiro Adrianis colocou que vota para que volte para a Gerência e depois volte  
787 para a análise da comissão. Conselheiro Lucia concordou. Presidente Beatriz chamou a  
788 aprovação. Conselheiro Tierri: “para mim o da Gerência Básica está claro, está bem  
789 tranquilo e da Gerência Especial está claro, eu aprovo.” Conselheira Vanduirea colocou  
790 que deve estar bem claro e tem dúvidas, não aprova. Conselheiro Anderson: “eu aprovo  
791 da gerência básica e voto no retorno para que seja refeito o plano da gerência especial.”  
792 Conselheiro José Geraldo: “também aprovo com essa volta o outro aprovo e essa  
793 especial volta.” Conselheira Lorene: “também aprovo da básica e retorno para gerência  
794 especial.” Conselheiro Adrianis: “aprovo da proteção social básica com questão de  
795 revermos as cestas básicas e peço retorno do projeto da alta e média complexidade.”  
796 Conselheira Valdirene: “concordo também.” Conselheira Lucia: “retornando para  
797 especificar melhor a utilização dos recursos e deixar bem claro o que a gente quer.”  
798 Conselheiro Josemar: “quanto a questão dos alimentos, no abrigo foi terceirizado um  
799 marmiteix, mas eles tem café da manhã, almoço e lanche a tarde”. Presidente Beatriz:  
800 “volta para a Gerência Especial.” Aprovado o plano de aplicação dos recursos do SUAS  
801 da Gerência Básica, conforme Resolução/CMAS/Nº08/2015. Último item: benefícios  
802 eventuais. Conselheiro Adrianis colocou que um dos critérios para manutenção de  
803 gestão plena é conhecer bem a lei de benefícios eventuais, a Lei 7.852 que delinea um  
804 pouco a ideia dos benefícios eventuais, ancorados na LOAS. A Carla falou que na  
805 secretaria já fizeram um rascunho dessa lei de benefícios eventuais, acredita que temos  
806 que tomar isso a peito porque, de fato, é uma coisa que vem faltando sobretudo porque  
807 dois auxílios são os mais usados nesse momento: o auxílio funeral, está na Secretaria  
808 de Obras e é feito “daquele jeito” sem o acompanhamento necessário para uma  
809 situação como essa, o município não paga o auxílio natalidade para ninguém, como não  
810 tem a lei não pode-se pagar, estamos longe da questão do leite e das fraldas, porque  
811 em definitivo foi para a saúde, o que nos temos que agregar é a lei de benefícios  
812 eventuais, que seria o gabinete de crise, para situação de catástrofe, seria criado um  
813 gabinete de crise, o auxílio natalidade, o auxílio mortalidade e a cesta básica com  
814 benefício eventual ou um outro benefício que o município acredite, desde que não fira  
815 nenhuma das políticas, não sabe se o CMAS dá a pertinência para esta matéria, acha  
816 que já é passada. Secretária Carla colocou que acredita que as próprias gerências  
817 poderiam conferir o esboço deste projeto e trazer para avaliação do conselho. A  
818 Gerência Básica estava fazendo unicamente o auxílio natalidade e mortalidade, sem  
819 contemplar a questão da calamidade pública. Conselheiro Adrianis colocou o que é a  
820 calamidade pública, o decreto e a própria tipificação diz como o município tem que  
821 fazer, isso está solucionado pela tipificação, tem que decretar estado de calamidade, a  
822 partir do decreto o prefeito convoca o gabinete, é um gabinete temporário e as ações  
823 são a partir das necessidades, terá que ser criado dentro das dotações orçamentárias  
824 uma unidade específica para benefícios eventuais, tanto natalidade quanto mortalidade,  
825 a mortalidade passa para o crivo da assistência, tendo um serviço social ativo para  
826 acompanhar os familiares, urna funerária, espaço para os funerais e o enterro, inclusive  
827 a documentação, toda documentação corre por conta do auxílio funeral, o auxílio funeral  
828 é pago no ato ou depois, comprovado, tem que restituir a família. Quem tem direito ao



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

---

829 auxilio natalidade? naturalmente os indígenas, qualquer mulher indígena que der luz em  
830 uma maternidade em Ponta Grossa tem direito ao auxilio natalidade por isso recebem o  
831 nome de nativos, porque merecem esse benefício direto, se a básica está pensando  
832 podia chamar alguém da alta complexidade e apresentar uma proposta. Foi discutida a  
833 proposta de criação de uma comissão mista e aberta para discutir esta questão,  
834 participariam os técnicos e conselheiros. Ficou decidido 30 dias para apresentação de  
835 proposta para a comissão de projetos. Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar,  
836 a presidente Beatriz de Souza encerrou a reunião às quatro horas e quarenta e cinco  
837 minutos. Esta ATA foi transcrita pelas assistentes administrativas Patrícia Mitui e Cleusa  
838 Szreider e redigida por mim, Carla Buhner Salles Rosa, secretária executiva que, após  
839 aprovada segue assinada pela Presidente e demais conselheiros presentes.